

Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC

Oficina de Planejamento 2013 -2014

Relatório Síntese das conclusões e proposições

Nota introdutória

Convocada pela Coordenação Nacional do FONEC, ocorreu nos dias 13 e 14 de junho, em Brasília – sede do CESIR/CONTAG –, a “Oficina de Planejamento do FONEC” para o corrente ano de 2013 e 2014. Para esse encontro de trabalho foram convocadas representações estaduais do Movimento Nacional de Educação do Campo. Vinte (20) estados brasileiros encaminharam delegados escolhidos de acordo com o limite de vagas e por critérios previamente determinados pela Coordenação Nacional, de maneira que espelharam a organização do Movimento de Educação do Campo internamente a cada estado representado. Assim, o “Grupo Nacional de Trabalho”, que denominamos de “Oficina de Planejamento”, foi constituído por 68 participantes, com a seguinte distribuição: 38 representantes de movimentos sociais e sindicais do campo; 17 de instituições públicas universitárias; 09 de secretarias de estado da educação e, na condição de convidados diretos da Coordenação Nacional, dois representantes da Frente Parlamentar Mista de Educação do Campo; um representante da UNDIME e um representante do Unicef. Além desses, também sob convite direto da Coordenação do Fórum, estiveram presentes durante o encontro um Profissional Servidor do MEC e um do MDA.

Coerentemente com seus princípios de movimento da sociedade civil autônomo, e pautando-se pela análise de situação e indicativos do seu “Seminário de Educação do Campo”, realizado em agosto de 2012, essa “Oficina de Planejamento”, visava elaborar propostas concretas de ação para o próprio FONEC na sua composição nacional e nos estados; bem como e principalmente para munir o Movimento Nacional de Educação do Campo de propostas e condições de reivindicação e diálogo junto aos órgãos públicos responsáveis pela projeção e implementação das políticas demandadas. Nesse sentido, aliás, a própria “Oficina de Trabalho” já devia ser organizada, e, de fato o foi, como um momento dessa relação “Estado/Governos - Sociedade”, na medida que chamou à mesa de conversação, compondo organicamente a programação, a representação do MEC/SECADI, CONSED e UNDIME.

Da dinâmica adotada, destacam-se dois grupos de conclusões/encaminhamentos, que formam esta síntese. De um lado, as conclusões e proposições unilaterais dos delegados estaduais do próprio FONEC. Para este resultado, os debates foram organizados em eixos temáticos, conforme se verá à frente, com sínteses grupais debatidas em plenário e assumidas pelo coletivo. Referente a esse grupo, dada a alta profusão de ideias e proposições, para além do debate em plenária, a Coordenação Nacional do FONEC deverá ainda matizá-las, observando a originalidade/legitimidade e, ao mesmo tempo, a factibilidade das mesmas nos contextos a que são propostas. Especialmente quando são propostas à própria Coordenação Nacional do Fórum como se esta fosse um sujeito autônomo. Para qualquer efeito, as conclusões brutas dos Gts, tal como deliberadas pela plenária, farão parte do acervo do FONEC.

De outro lado, merece destaque, e compõe esta síntese, o resultado do diálogo com a SECADI, que ocorreu em dois momentos especiais: um momento foi específico para tratar da formação de educadores das/para as escolas do campo. E o outro momento, informado pela síntese das relatorias

dos “GTs Temáticos”, teve caráter geral de afirmação de compromissos e sinalização para a continuidade do diálogo sob a forma de mesa de trabalho, com vistas a se consolidarem propostas e encaminhamentos concretos.

Resultado do diálogo com SECADI acerca da formação de educadores

Do encontro, que ocorreu com a presença da Secretária, Profa. Macaé Evaristo dos Santos, e do Diretor de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais, Thiago Thobias, destacamos dois pontos centrais. Os demais pontos, que gravitam estes dois, serão explicitados à frente no eixo específico “Formação de Educadores”, e constituirá conteúdo da mesa de trabalho próxima com SECADI.

Primeiro ponto: o FONEC propõe que seja articulado pelo MEC um Programa Nacional de Formação de Educadores que articule a Formação Inicial com a Formação Continuada, com vários pontos de intersecção possíveis.

Segundo ponto: criação, no âmbito da SECADI, de um grupo permanente de trabalho, formado por especialistas em formação de educadores, dentre os que estejam atuando nas IFES e mais uma representação de profissionais da mesma área indicados pelas Organizações e Movimentos Sociais do Campo que compõem o FONEC, para elaborar proposta e acompanhar a execução do “Programa Nacional de Formação de Educadores”. Sendo que a primeira e urgente ação será a implantação dos cursos de Licenciatura Plena em Educação do Campo, no ensejo do PRONACAMPO. Esse GT permanente contará com todas as condições de trabalho necessárias, tanto do ponto de vista da materialidade, como, por exemplo, suporte para viagens e serviços de apoio, quanto do ponto de vista de sua institucionalidade, como por exemplo, o seu empoderamento por parte da alta direção do MEC e a necessária cobertura de seus postos de trabalho nas IFES de origem, para que possam se liberar para executar suas ações com qualidade profissional.

A cerca dos pontos destacados, o FONEC se propõe a contribuir para sua efetivação. Sinaliza, particularmente, que pode indicar profissionais de sua base de apoio para compor o “GT Permanente de Formação de Educadores”. E a representação da SECADI, por seu lado, de modo especial acerca do segundo ponto, se disse integralmente favorável, propondo a continuidade do diálogo para efetivar a idéia.

Síntese dos trabalhos por eixo temático

A) Formação de Educadores

A observação primeira é de que a formação de educadores é ação urgentíssima a requerer investimento e atenção. E a manifestação clara do FONEC é de não avalizar os processos de *Formação Inicial* a distância, pelo menos, na forma como se aplica no Brasil.

Proposições:

1. Formação e estrutura de base:

- Que o MEC abra um novo edital para garantir que as vagas em aberto para formação inicial de educadores do campo via UAB e PARFOR sejam utilizadas para formação presencial, de maneira a que, pelo menos uma Licenciatura em Educação do Campo se instale em cada um dos estados brasileiros. Para isso, abrir a possibilidade de as universidades públicas estaduais participarem. Ainda, nesse novo edital, dar ênfase à formação para os anos iniciais do nível fundamental, a exemplo do “Pedagogia da Terra” patrocinado pelo PRONERA;
- Que o MEC institua um programa de infraestrutura de apoio permanente ao funcionamento das licenciaturas do campo nas instituições federais de ensino superior (IFES). Em vez, por

exemplo, de apenas bolsa permanência, a construção de alojamentos para acolher os alunos dos Cursos por Alternância. E outros aportes de infraestrutura, para além de alojamento, a depender das especificidades dos cursos e das IES;

- Que o MEC potencialize e amplie o PIBID/Diversidade para os cursos de Licenciatura em Educação do Campo;
- Que o MEC e o FONEC procurem inserir debates sobre Educação do Campo e Diversidade em todas as licenciaturas;
- Que o MEC e o FONEC estimulem a criação de centros de educação do campo, ou faculdades de educação do campo ou institutos de educação do campo, pelo menos, de departamentos ou qualquer outra institucionalidade no interior das estruturas das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), federais e estaduais, para garantir o tema da Educação do Campo no tripé ensino-pesquisa-extensão;
- Que o MEC/CAPES estimule, em forma de editais ou outras formas, a realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), em Educação do Campo na perspectiva da Pedagogia da Alternância;
- Que o MEC/SECADI incentive propostas de cursos de formação *lato sensu* (especialização) na perspectiva do fortalecimento do ensino por áreas de conhecimento; da valorização e ensaio de práticas pedagógicas inovadoras, em especial, com vistas às classes heterogêneas; da gestão e do financiamento das escolas do campo;

2. Ações de articulação entre os diferentes sujeitos e de mobilização:

- Estabelecer um diálogo entre as IFES com projetos de licenciaturas em educação do campo aprovados, e que estão na iminência de encaminhar concursos para contratação de docentes, no sentido de se organizar um edital comum ou, pelo menos, garantir a mobilidade entre as bancas e entre os aprovados, de uma para outra instituição;
- Pautar urgentemente a discussão a respeito das Diretrizes Curriculares das Licenciaturas no CNE;
- Pautar a formação inicial de educadores do campo junto à Andifes e Reitores de Institutos Federais, no sentido de: a) garantir as vagas de docentes nas IFES para a Educação do Campo, propiciadas pelo PRONACAMPO; b) instituir de maneira permanente, nas matrizes orçamentárias das IFES, as custas diferenciadas das licenciaturas em Educação do campo; c) (re)considerar o valor/custo do aluno de licenciatura em educação do campo na distribuição dos recursos do MEC entre as universidades, levando-se em conta que essa licenciatura, entre outros fatores, pela origem do público que lhe acorrem (maioria desprovidos de finanças) e pela sua proposta pedagógica (Pedagogia da Alternância), demanda investimentos e custeio maiores comparativamente às demais licenciaturas;
- Pautar, urgentemente, reunião com UNDIME e CONSED, no sentido, principalmente, de: a) incentivar a busca e criação de condições de formação inicial e continuada dos seus educadores em exercício; b) instituição de carreira específica para educadores do campo; c) abrir espaço privilegiado nos seus editais de concurso para preenchimento de vagas em escolas do campo a profissionais formados nos cursos de licenciatura em educação do Campo;
- Estimular a criação de redes locais, regionais e nacional de articulação, intercâmbio e diálogo entre as universidades que trabalham com a Educação do Campo;
- Estimular o diálogo das IPES com os movimentos sociais do campo, através da participação destes nos colegiados, e condicionar a esse diálogo a organização e desenvolvimento das propostas de licenciatura em educação do campo;
- Estabelecer estratégias para acompanhamento rigoroso dos cursos de formação nas IPES, por parte dos Movimentos Sociais, através principalmente de especialistas indicados por eles juntamente com outros especialistas advindos de universidades com experiência acumulada, e com aporte institucional e material do MEC.

B) Educação de Jovens e Adultos - EJA

Antes de tudo, algumas constatações iniciais acerca dessa questão no contexto atual brasileiro. Sem dúvida, estamos num processo de desarticulação e desmobilização da luta em defesa da EJA, mesmo sabendo-se que ainda existe no Brasil cerca de 16 milhões de analfabetos, que estão em total invisibilidade, e tratados de forma marginal dentro do Sistema Público de Ensino. A EJA está subsumida na formação profissional subordinada à lógica da instrumentalização para o emprego imediato. Há um processo de fragmentação, precarização e rebaixamento da formação na EJA no Brasil.

Como diagnóstico do que já ocorreu, constata-se que o Programa “Saberes da Terra”, de 2006 a 2008, marcou um momento muito forte de debate, mobilização e articulação com as secretarias estaduais de educação, por iniciativa direta do MEC. Houve pequenos avanços na perspectiva de pensar a EJA como escolarização, e não apenas alfabetização, que retrocederam com a mudança de governo, já do primeiro para o segundo mandato do Presidente Lula. Enfim, o debate da EJA subsumiu-se na SECADI, especialmente no atual Governo.

Perdemos o horizonte da EJA vinculada aos princípios da Educação Popular e à perspectiva de extrapolar os limites da institucionalidade. Os processos de EJA se dão a partir de programas institucionais, que geralmente não condizem com a realidade de cada região. Os dados apresentados nas tabelas de resultados não têm concretude. Os programas são pró-forma, não existe uma articulação entre os diferentes sujeitos que poderiam contribuir na implementação dessas políticas, isso impossibilita sua efetivação. Há estados em que não existe nenhuma matrícula de EJA, a grande maioria dos estados só realiza o que o MEC demanda. E ainda com grandes problemas de gestão.

Diagnosticamos que o que está posto como política de EJA no âmbito nacional não nos serve, retrocedemos nos pequenos avanços que havíamos conquistado. Precisamos voltar a pautar e defender uma política de EJA estruturante, que supere a fragmentação, a precarização e a subordinação à lógica empresarial de instrumentalização para a empregabilidade imediata. E o MEC tem se colocado apenas como repassador dos recursos, agindo como um banco e se eximindo da responsabilidade e compromisso com a implementação efetiva da política de EJA.

Reconhecemos, de toda maneira, que, mesmo diante de muitos desafios e retrocessos, houve pequenos avanços nos estados, com a criação de fóruns, comitês de Educação do Campo, grupos de trabalho, inserção da demanda da Educação do Campo em grupos de pesquisa, envolvimento dos estudantes das licenciaturas do PROCAMPO na articulação e luta por educação nos municípios.

Desafios e proposições:

- Ao FONEC, elaborar nota técnica acerca da EJA, enfatizando denúncia da política estabelecida, e propondo o resgate da experiência de formação/escolarização de EJA do campo protagonizada pelos Movimentos Sociais, a exemplo do programa Saberes da Terra, do PRONERA e de tantas ações de alfabetização que já ocorreram com a participação das organizações e movimentos sociais;
- Desafiar a SECADI a criar um grupo de trabalho e estudos, com o objetivo de elaborar uma proposta de política pública de EJA estruturante. Que integre as políticas e programas que já existem, de maneira a constituir uma toldade da EJA do campo, bem como elabore propostas novas e inovadoras. O FONEC se coloca à disposição para contribuir na construção dessa proposta;

- Ao FONEC, buscar rearticular-se com os aliados – fóruns estaduais e nacional de EJA e outros sujeitos que fazem a mesma luta – na perspectiva de construir unidade de ação contra a forma de implementação da política de EJA;
- Recuperar o Programa Saberes da Terra, conforme seu projeto original e sem limite de idade, enquanto proposta de escolarização para Jovens e Adultos do Campo, para o nível do Ensino Fundamental e com expansão a ser feita ao Ensino Médio;
- Que a SECADI/MEC proponha ações de EJA que envolvam os movimentos estudantis;
- Identificar nos estados se há potencialidade no espaço da agenda territorial de EJA na perspectiva de se pautar as questões e as demandas da EJA.

C) Educação Profissional

O foco central das observações é o Pronatec Campo. Sobre ele é feita contundente crítica e, ao mesmo tempo, consciente de que se trata de jogo contra-hegemônico, tenta-se extrair dele algo que possa eventualmente servir às aspirações e princípios da Agricultura Familiar Camponesa.

Algumas observações críticas mais evidentes:

- **Sobre questões de fundo.** Trata-se de uma política imposta, sem tempo nem possibilidade de discussão, nem do conteúdo, nem da forma. É um programa constituído de projetos de cursos de capacitação que desconsideram a história construída em cada contexto. Assim, não é a *nossa* política. Os interesses privatistas se constituem no Pronatec, seja “Pronatec Campo” ou simplesmente “Pronatec”, pois não há diferença alguma entre um e outro. E o sentimento é de que, na atual correlação de forças, não só não tivemos condições de impedir sua instituição, como também, pelo fato de haver muito dinheiro envolvido, ele ostenta um potencial de cooptação das próprias lideranças dos trabalhadores do campo e dos trabalhadores da educação. Por consequência, os próprios trabalhadores não conseguem percebê-lo se não como uma oportunidade; pior, como se fosse a única oportunidade de formação técnico profissional que lhe cabe. O Pronatec contribui a que não se cogite discutir o acesso aos cursos técnicos com escolarização, que é, efetivamente o que os trabalhadores precisam, ainda que, em geral não tenham consciência disso. Ademais, qual será o campo de atuação dessas pessoas que serão capacitadas, tendo em conta as condições econômicas dos camponeses e as condições da agricultura familiar camponesa? Como e onde irão se inserir? Admitindo que possa ocorrer “inserção”, de toda maneira, somente a capacitação técnica não é suficiente para que não o seja de maneira restrita ao mundo da economia e no patamar da subalternidade.
- **Sobre os Institutos Federais (IF's) na relação com o Pronatec.**
 - Regra geral, os IF's não têm experiência com o campo, nem abertura para dialogar com os trabalhadores. E aqueles IF's voltados à Agricultura constituem território hegemônico do agronegócio;
 - Os IF's que se dispõem a trabalhar com o campo são aqueles que têm experiência com o Pronera, que, não são muitos;
 - A oferta de cursos, por parte dos IF's, são determinados pelos próprios IF's, para o público escolhido por eles. Eles não reconhecem os movimentos sociais. Assim, é comum a contradição entre a oferta e as necessidades apresentadas pelos movimentos sociais;
 - Existem IF's criados com luta social, que estão construindo processos educativos permanentes e consistentes, em discussão coletiva, com os sujeitos do campo. Então, o advento do Pronatec Campo se põe na contramão de tudo o que ali foi construído, e impõe processos internos de disputas e de adequação às práticas de capacitação do

- sistema S;
- Em alguns cursos ofertados pelo Pronatec, reconheça-se que os conteúdos até que são bons, as ementas foram construídas com os movimentos e organizações sociais e sindicais. Mas não chegam até o povo do campo, cujos custos de formação, pelas distâncias, são maiores. Ou seja, não há recursos para os trabalhadores irem para os cursos, que só ocorrem nas sedes dos IF's, ou não há recursos para os professores irem aos assentamentos e localidades, que é onde os trabalhadores do campo estão;
 - Há casos de demandas de curso técnico em agroecologia, para os quais há professores bem qualificados, mas por que são contra a política do Pronatec, negam-se a atuar nesses cursos. Assim, pessoas que, de alguma forma, poderiam contribuir com as organizações e movimentos sociais do campo, estão “brigando” com essas organizações e movimentos sociais demandantes;
 - **Sobre a burocracia ou reserva de mercado na oferta de cursos**
 - Os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), notadamente as Escolas Família Agrícolas (EFA's) trabalham com educação profissional de nível médio. As EFA's têm participado dos Comitês estaduais do Pronatec, com possibilidade de oferta de cursos, em diálogo com os IF's, mas têm havido impedimentos a essa participação.

Reafirmação de princípios

- Diante da proposta de formação/capacitação aligeirada e funcional ao mercado imediato, sentimos a necessidade de:
 - reafirmar, antes de tudo, que consta no nosso horizonte o projeto da politecnicia;
 - reafirmar a importância das ações de Educação Profissional desenvolvidas no contexto da Reforma Agrária pelo Pronera;
 - reafirmar a importância da formação técnico profissional com currículo integrado. E que essa perspectiva se desenvolva nos IF's, com expansão até a universalização da oferta aos agricultores familiares camponeses;
 - reafirmar a proposta de “EJA escolarização com qualificação social e profissional” consignada no Projeto Saberes da Terra.

Proposições:

- **Ao FONEC:**
 - Articulação com outras entidades – trabalhadores do campo, trabalhadores da educação e intelectuais – que estudam o tema, para enfrentar a inércia que tomou conta de todos e pautar a discussão da Educação Politécnica;
 - Programar evento que dê visibilidade sobre a concepção de Educação Profissional antagônica à política hegemônica;
 - Propor ao MDA e MEC a elaboração de orientações para operacionalização do Pronatec Campo;
 - Garantir que as Escolas e Centros de Formação que já desenvolvem Educação do Campo, como são os CEFFAs, sejam instituições ofertantes do Pronatec Campo.
- **Aos Fóruns e ou comitês estaduais:**
 - Promover a discussão dos princípios da Educação do Campo na Educação Profissional com os IF's, aproveitando os próprios espaços, bem como os

- Comitês Estaduais do Pronatec;
- Provocar a discussão do ensino técnico e Pronatec dentro dos IF's.

D) Construção de Escolas no Campo

Antes de tudo, e quase tão somente isso é possível de se cogitar às organizações e movimentos sociais do campo no atual contexto, reafirmamos o que já se sabe. Ou seja, em regra, as prefeituras dos municípios não têm interesse algum em construir escolas no campo. Os mandatários locais orientam-se pela lógica que mais lhes faz sentido, segundo a qual é mais racional promover o transporte dos alunos rarefeitos dos contextos rurais. Justificam-se, se construídas, dizendo da dificuldade de manutenção dessas novas escolas, considerando-se a folha de pagamento e outras despesas de custeio que se lhes acarretam. Ademais, alegam, ainda, dificuldades burocráticas para construir escolas novas, impostas nos processos de transferência dos recursos financeiros do MEC, como, por exemplo, a exigência da dominialidade dos terrenos. De outro lado, as instâncias superiores do Estado brasileiro não dispõem de instrumentos legais suficientemente fortes para coibir a ação anti-educativa do “transporte abusivo” desses dirigentes locais; e, tampouco, dispõem de esquema de financiamento contínuo e estrutural, que lhes possa estimular a construir e manter escolas no campo mesmo em condições, de fato, de maiores custos por cada aluno matriculado. Assim, constata-se a continuidade de um círculo vicioso que a cada dia leva ao fechamento de portas de escolas. Mas, governos de todas as instâncias do Estado fingem que construir escolas no campo constitui prioridade.

Mais que isso, resta-nos denunciar ainda mais e insistir no seguinte:

- “Fechar escola é crime”. Ainda que essa escola no campo tenha apenas um aluno. Pois, escola não é só escola, não é só para acolher um ou mais alunos. É espaço social, que extrapola a relação professor-aluno para entrar no âmbito da cultura e do direito da comunidade onde ela está inserida;
- A infraestrutura das escolas do campo deve contar com: refeitório, área coberta, espaço multiuso, para a comunidade também se servir, espaços adequados para hortas e outras atividades voltadas para a produção e o lazer;
- Denunciamos que há interesses econômicos escusos, verdadeiras máfias, que preferem a política do transporte escolar;
- Apoio à construção de escolas de acordo com a realidade. Por exemplo, nas várzeas da Amazônia, que ficam meses debaixo d’água, o projeto de prédio há que ser diferente do Cerrado ou dos Pampas do Sul e vice-versa e etc.
- Propomos que a SECADI e o FONEC estimulem a criação de coordenadorias de Educação do Campo nas secretarias de educação dos municípios, bem como dos estados que ainda não a têm ou é frágil;
- A partir de dados do IBGE e de outras fontes, o MEC juntamente com as Secretarias de Estado da Educação, deve construir um diagnóstico, com mapeamento dos espaços que necessitam de escolas em cada município e, a partir daí, mobilizar e instar o dirigente público local a assumir o ato de construção da escola necessária;
- Ao MEC, tomar a iniciativa de liderar, junto aos estados e municípios, um processo de elaboração de um “Mapa das Escolas do Campo” de todo o Brasil. Que, para além do georeferenciamento, conste a descrição minuciosa da escola e do seu contexto, em programa virtual, de maneira que possibilite o acesso para o controle social e do próprio gestor, bem como permita a renovação constante dos dados;
- Ao FONEC, integrar-se às campanhas dos “10% do PIB para a educação”, assim como do “dinheiro público para as escolas públicas”;
- Denunciamos certas representações locais do Ministério Público que, ao invés de vigiar

contra o fechamento de escolas, têm, por vezes, se manifestado a favor, a partir de demandas de interesses contraditórios de famílias ou de dirigentes públicos locais;

- Ao MEC, ampliar os prazos para que as prefeituras se inscrevam no PAR e pactuem a construção de escolas;
- Articular pessoas responsáveis para monitorar e para acompanhar diretamente a execução das obras de construção de escolas;
- Compartilhar o prédio escolar entre as redes municipal e estadual, para a oferta dos diversos níveis e modalidades da educação;
- Ao FONEC, elaborar Nota Técnica para afirmar seu posicionamento contrário à forma de nucleação, que gera o fechamento de escolas pequenas. Existem outras formas de nucleação/agrupamento de escolas pequenas, de maneira a lhes tirar do isolamento, sem que sejam fechadas. Aliás, podem significar formas criativas de valorização das classes heterogêneas – conhecidas no Brasil como multisseriadas;
- Vigiar para que se cumpra a Resolução CNE/CEB n. 2, de 28 de abril de 2008.

E) Produção de Material Didático-Pedagógico para as Escolas do Campo

O ponto de partida é a crítica à política atual de elaboração de material didático. Com efeito, não se pode compreender que editoras comerciais, assim como outras empresas conectadas a interesses do latifúndio e ou do capital, possam representar o campo no processo de produção de materiais didático-pedagógicos. Ademais, esses produtores de livros didáticos para escolas do campo, adotados pela política vigente, têm acúmulo de experiência sobre o campo? É evidente, enfim, que o livro didático oferecido ainda não representa a vida e a vivência dos sujeitos do campo.

Por outro lado, livros e outros materiais didáticos, que vêm sendo produzidos por universidades, por movimentos sociais do campo e por outros sujeitos do campo, a partir das próprias experiências, são ignorados. E mesmo dentre as universidades que eventualmente são chamadas a produzir algum material, existem aquelas que o fazem sem convocar os atores sociais do campo, como educadores com prática de sala de aula e representantes dos movimentos sociais, para estabelecer parcerias na produção.

Outras observações críticas e desafios podem ser assim resumidos:

- Referente ao livro didático, especificamente: tanto na intenção e no método de sua produção, quanto, e principalmente, no seu uso, ainda é um instrumento visto como sinônimo de currículo;
- O PNLD Campo, pode ser considerado, em certa medida, um resultado da luta pela Educação do Campo. Mas, significa apenas o primeiro passo, há muito o que se disputar nesse campo de conflito de interesses;
- Não há como conceber um material (livro) único, de alta tiragem, que seja consenso nacional. Talvez, a regionalização/contextualização da produção seria alternativa melhor;
- Material didático-pedagógico não é somente livro didático, é também: livros paradidáticos, e livros capazes de contemplar também a formação dos educadores; é material manipulativo; é material de áudio e vídeo; é, ainda, outras mídias.

E sobre quem deve ser convocado a produzir o material didático-pedagógico para as escolas do campo, assim como avaliar a produção dos autorizados, a distribuição, a divulgação e o uso:

- Entendemos que devam ser envolvidos os diversos sujeitos do campo com experiência e acúmulo na luta de Educação do Campo e nas áreas de conhecimento pertinentes, em parceria com as universidades. Para essa finalidade, há que se dispor de investimentos e repasses de verbas públicas – que hoje são destinadas à compra de “livros didáticos comerciais”;
- Enfim, propomos a criação de uma “Comissão Nacional” composta por representantes de universidades, movimentos sociais e redes públicas de ensino, constituída em interlocução com o FONEC, para exercer função propositiva e de controle social, incluindo a elaboração dos editais e a definição dos princípios estruturantes no que concerne ao material didático-pedagógico.

Alguns elementos – princípios e procedimentos – que devem embasar a produção de um material didático-pedagógico do/para o campo:

- Pautar-se na tríade “Campo-Educação-Políticas Públicas”, conforme o significado pelo qual se sustenta este conceito no âmbito das discussões inerentes à Educação do Campo;
- Pautar-se pelos princípios da Educação do Campo em diferentes linguagens para contemplar crianças, infante-juvenis, jovens, adultos e idosos;
- Pautar-se pela perspectiva da integração de saberes;
- Pautar-se pelo Trabalho como princípio educativo;
- Pautar-se pela Pesquisa como princípio educativo;
- Vincular-se à realidade do campo, sem confinar-se a ela;
- Resgatar e valorizar as histórias das lutas dos sujeitos do campo – agricultores familiares camponeses;
- Ter correção conceitual;
- Estabelecer relação dialética, isto é, sem subordinação, entre: universal-local, campo-cidade ou urbano-rural, saber científico - saber popular, entre outras relações profícuas nos processos de criação humana;
- Articular-se dialogicamente com a formação de professores.

F) Algumas questões gerais que merecem atenção especial do FONEC nos encaminhamentos das lutas da Educação do Campo:

- A política de seleção para o Ensino Superior ENEM-SISU inviabiliza, aos povos do campo, o acesso diferenciado a esse nível de ensino como prática de ação afirmativa;
- Construção/criação de escolas de Ensino Médio do e no campo. Hoje, tem-se como uma não prioridade absoluta por parte dos entes federados responsáveis;
- Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014): intensificar a participação do FONEC. Alguns pontos centrais devem continuar a nos motivar e a orientar nossa participação nessa articulação nacional, tais como, por exemplo: defesa dos princípios da Educação do Campo; ampliação dos recursos públicos para, e tão somente, a educação pública e, nesse item, especial combate ao repasse de recursos para o sistema S com o disfarce de cumprimento de metas públicas;
- Articulação nos estados e no âmbito nacional com outros movimentos por Educação;
- Promover processos de mobilização nos estados e municípios, capazes de influir nos encaminhamentos do PAR.

Brasil, julho de 2013

A Coordenação do FONEC